



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1587/09	DATA: 23/09/2009
INÍCIO: 14h48min	TÉRMINO: 17h00min	DURAÇÃO: 02h12min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h12min	PÁGINAS: 49	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JÚLIO JACOBO WAISELFISZ – Diretor de Pesquisa do Instituto Sangari e autor da publicação *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros*.

SUMÁRIO: Esclarecimentos à CPI acerca da violência urbana no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Há palavras ininteligíveis.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Boa tarde a todos. Vamos dar início à audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Violência Urbana, que tem como convidado S.Exa. o Dr. Júlio Jacobo Waiselfisz, Diretor de Pesquisas do Instituto Sangari e autor da publicação *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros*.

A deliberação de requerimentos podíamos deixar para o fim.

A ata também? (*Pausa.*)

Podemos votar.

Tendo sido distribuída cópia da ata da 6ª reunião a todos os Srs. Deputados presentes, indago da necessidade da leitura da mesma. (*Pausa.*)

Dispensada a leitura da ata.

É discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ordem do Dia.

Primeira fase: audiência pública.

Esta reunião tem por finalidade debater com o Dr. Júlio Jacobo, Diretor de Pesquisas de Instituto Sangari e autor da publicação *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros* — requerimento de autoria do Relator, Deputado Paulo Pimenta.

Em nome de todos, eu agradeço ao expositor a presença e o convido — aliás, convite já feito e já aceito —, para compor esta Mesa.

Esclareço que os Parlamentares, nos termos do art. 256, § 5º do Regimento Interno, terão o tempo de 5 minutos para perguntas, dispondo o interpelado de igual tempo para resposta, facultada a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

Solicito aos Parlamentares que queiram participar dos debates com o convidado que façam sua inscrição junto à Secretaria.

Esclareço ao senhor expositor e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição, e por isso solicito que falem sempre ao microfone.



Esclareço também que o expositor não poderá ser interpelado durante sua exposição.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, gostaria de dizer que o Dr. Júlio é um velho conhecido nosso. Militante de causas dos direitos humanos, estudioso, inovador, por ter inclusive... Acho que foi você, não é, Júlio, o autor do primeiro *ranking*, ou de certa forma, mapa de violência e de homicídios, pelo menos pelo que me recordo, não é isso? Tem longa militância ao lado também das questões da criança e do adolescente, enfim, é um cidadão que nos honra com sua presença, pelo sua biografia, seriedade e competência e, sobretudo, generosidade para com aqueles que são mais vulneráveis, que são os excluídos, enfim, que merecem nossa atenção.

Por isso, Jacobo, seja muito bem-vindo. V.Sa. tem a palavra por 20 minutos, mas isso é flexível; se precisar de mais tempo, não tem maiores problemas.

Após sua exposição, aqueles que estão inscritos, iniciarão o diálogo. Evidentemente que ele se iniciará com o Relator, que tem a prerrogativa, que ele pode ceder ou não, de fazê-lo ao final, mas em princípio ele é o primeiro a fazer os questionamentos.

Alguma coisa, Deputado Fernando Gabeira, porque V.Exa. estava...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Eu vou à Comissão ao lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Sei. Então não demore.

Com a palavra o Dr. Júlio Jacobo.

**O SR. JÚLIO JACOBO WAISELFSZ** - Muito boa tarde. Fico muito sensibilizado e orgulhoso com as palavras do Deputado Raul Jungmann. Digo isso porque é um velho conhecido, de velha data e velhas lutas legitimamente pernambucanas como eu. Em nome do Deputado Raul Jungmann, saúdo os colegas Deputados, colegas jornalistas aqui presentes, o público em geral, por mais um trabalho que vimos fazendo faz um tempo, em torno, mais do que da violência, do tema da juventude e da violência no Brasil, fenômeno que vamos tentar circunscrever como um dos paradigmas fundamentais da violência urbana neste momento.

Basicamente, eu tentei sintetizar a finalidade dos trabalhos nesse campo que vimos fazendo... *(Pausa.)*



Desculpe-me. Não tem um microfone móvel?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Vá improvisando. Estou pedido.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Certo. Vamos improvisar, então. Trabalho que vimos fazendo, digamos, nos últimos 10 ou 15 anos, em torno do tema da juventude e da violência no Brasil. Isso não é um trabalho, mas uma série de trabalhos que começaram quando eu coordenava o grupo de pesquisa da UNESCO no Brasil, era Diretor de Pesquisa da UNESCO, e lançamos diversas linhas de trabalho em torno do tema da violência no Brasil. Uma primeira linha, que se chamou *Juventude, Violência e Cidadania*, que estudou o problema da violência e da juventude em 4 cidades brasileiras — foram 4 trabalhos: Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília e Fortaleza. Eram trabalhos com jovens, dirigidos a jovens, para ver precisamente o que estava originando o panorama de violência nesse momento.

Depois, para subsidiar outro trabalho, iniciamos uma linha que se chamou *Mapa da Violência — Os Jovens do Brasil*, em 1988, que é o primeiro *ranking*, como lembrou agora o estimado Deputado Raul Jungmann, o primeiro *ranking* que se fez no País e a primeira compilação de homicídios no País; tanto homicídios totais quando homicídios juvenis. Trabalhamos em Unidades federadas, capitais, regiões metropolitanas — mortes por arma de fogo —, tentando tirar o suco da única fonte, como veremos, que nos dá alguma imagem do que é a violência no Brasil, que é o seu sistema de informações de mortalidade, o DATASUS, do Ministério da Saúde, a que também vamos nos referir. Essa série *Mapa da Violência — Os Jovens do Brasil* é publicada a cada 2 anos; começou-se em 1998, 2000, 2002, 2004 e 2006. Já proximamente — demorei-me um pouco — sairá o próximo *Mapa da Violência*, em 2 ou 3 meses.

Uma segunda linha que começamos, que é o que mais tem a ver, o que tem muito a ver com esta Comissão, é o *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros*. Por que municípios? Vamos tentar explicar por que políticas de segurança pública, necessária e imprescindivelmente, passam por municípios, quer dizer, não passam por Estados ou pela Federação, mas sim têm que passar por municípios, com base em experiências existentes no Brasil. Nessa linha, do *Mapa da Violência dos*



*Municípios Brasileiros* foram publicados 2 até agora — é também a cada 2 anos —, em 2006 e 2008.

Outra linha de trabalho refere-se ao *Relatório de Desenvolvimento Juvenil*. Foram publicados 3 relatórios, em 2003, 2005 e 2007, que é mais ou menos o índice de desenvolvimento humano aplicado à juventude. Mais ou menos, tomou-se o modelo de Índice de Desenvolvimento Humano para ver o que estava acontecendo com nossa juventude, de 15 a 24 anos. Quais eram as limitações de acesso aos benefícios sociais mínimos, como educação, saúde, renda e trabalho. Esse Índice de Desenvolvimento Humano, o relatório, já foi adotado pelas Nações Unidas em 2005. Está sendo implementado em vários países do mundo neste momento, quanto aos problemas da juventude.

Também alguns mapas especiais, que, claro, digamos, com foco em alguns temas, como o *Mapa da Violência de São Paulo*, publicado em 2005, a pedido do Governo de São Paulo, dado que registramos que era o único Estado no Brasil que desde 1999, de forma sequencial e consecutiva, conseguia diminuir drasticamente os índices de violência. Nosso trabalho é de 2005, mas isso continuou em 2006 e 2007, pelas informações que temos até este momento, como o único Estado brasileiro cujas políticas públicas conseguiram fazer cair drasticamente os índices de violência. Nós faremos uma referência bem rápida.

E também um trabalho recente, publicado há poucos meses: *Mapa da Violência — Os Jovens da América Latina*, um panorama internacional da violência com especial ênfase na juventude latino-americana. Vamos nos ater a alguns quadros para tentar situar o Brasil nesse contexto.

Eu não vou-me referir especificamente ao *Mapa da Violência dos Municípios*, vou tentar fazer um breve apanhado tomando como eixo o *Mapa dos Municípios* — e trouxe elementos que, quiçá, podem subsidiar, com dados, com informações e com perspectivas, o trabalho desta Comissão, desta CPI da Violência Urbana. (Pausa.)

Agora, para mim, melhorou, pelo menos não vou ter que botar olhos nas costas para olhar para a retaguarda.

(Segue-se exibição de imagens.)



Basicamente, quem estiver interessado, todos esses trabalhos estão na Internet, de uma outra forma. Os últimos trabalhos vocês podem encontrar no [www.ritla.net](http://www.ritla.net) ou [www.institutosangari.org.br](http://www.institutosangari.org.br). Quem estiver interessado em algum desses trabalhos, o resto está todo na Internet, espalhado principalmente no *site Documentos Oficiais da UNESCO*. A maior parte foi produzida como *Estratégia de Juventude da UNESCO*.

Uma primeira questão que chama atenção no Brasil, como alguns outros países do mundo, é o seguinte. Se nós fizermos um breve histórico de 1980 para frente no Brasil, nós vamos ver que a condição de vida da população melhorou drasticamente. Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano destaca, no Brasil, a melhoria da esperança de vida da população brasileira, o que valeu muitos pontos dentro do Índice de Desenvolvimento Humano para o Brasil. Em geral, na população total, a mortalidade caiu de 633 em 100 mil habitantes, em 1980, para 553 em 2007, com uma esperança de 67, 68 anos, quer dizer, uma demonstração cabal das quedas. Motivos: melhoria das condições de vida, melhoria do sistema de saúde, introdução de várias outras alternativas para a população. Conseguiram melhorar a esperança de vida da população

Mas isso não aconteceu na juventude. A juventude... Em 1980, eram 128 jovens para 100 mil jovens que morriam, e praticamente 27 anos depois se manteve quase incólume: foram 129. Se para a população total a coisa melhorou, para o jovem, não. Isto é, a esperança de vida da população, em geral, melhorou sensivelmente, mas não do jovem — fundamentalmente a morte por causas violentas. Até 1980, você pega as estatísticas nacionais de mortalidade e faz um apanhado, e vai ver que o jovem morria por epidemias, gripe, disenteria, quer dizer, eram causas naturais (não são muito naturais mas chama a Medicina de causas naturais), deterioração da saúde por alguma enfermidade. A partir de 1980 começam a preponderar na juventude as causas externas. Que são causas externas? Acidentes, suicídios, mortes em acidentes de trânsito, mas basicamente, para a juventude brasileira, homicídios.

Que fonte nós contamos no Brasil, neste momento, para estudar o tema da violência? Não temos muitas alternativas, basicamente temos, quando queremos trabalhar em nível nacional, muito poucas alternativas e nenhuma delas muito boa



em geral. A primeira alternativa: Ministério da Justiça. Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal — SINESP. Com nomes variados — INFOSEG, estatística de segurança etc. —, esse sistema vem tentando ser desenvolvido, que eu tenho notícia, desde 1999. Passaram-se 10 anos e ainda não temos um sistema nacional de estatísticas na área de segurança pública. Qualquer um entra na Internet, entra no Ministério da Justiça, procura estatística de segurança e vai ver que o último boletim publicado data de 2005. A idéia era trabalhar com 50 delitos, em âmbito nacional, só que decidiram não fazer em âmbito nacional.

E, segundo, o que aparece na Internet, está-se trabalhando com 224 municípios a cada 100 mil habitantes. Já não é uma estatística nacional. São municípios poderosos etc., mas não são estatísticas nacionais. Deixou se ser estatística nacional.

Agora vamos ver por que 224 municípios grandes podem estar distorcendo as estatísticas de segurança pública do próprio Ministério. O último divulgado foi de 2005. O próprio relatório diz que está incompleto, que falta Estado, que falta base de dados, que falta uma série de coisas nas quais nem o próprio Ministério tem muita confiança.

Terceiro, é um sistema a que podemos chamar aglomerado condensado. Mandam um formulário a Estados e Municípios — desculpe, às Secretarias Estaduais: quantas pessoas morreram de 0 a 18 anos? Vinte; Quantas morreram de 18 a 25? Se você quer outro corte não tem forma de conseguir, porque os Estados só informam condensadamente, não há forma de saber. Se você quer algum outro corte por sexo, por município, não tem. São estatísticas estaduais. São formulários pré-codificados.

E a segunda alternativa que se tem — estou falando em termos nacionais, não estou falando... Por exemplo, temos muitos bons sistemas estaduais da Secretaria de Segurança Pública ou outros institutos. Por exemplo, São Paulo, por lei de 1997, tem que publicar no boletim oficial trimestralmente estatísticas de 10 tipos de ocorrência policial, e aparece no *Diário Oficial*, aparece no *site* da Secretaria de Segurança Pública. Você pode acompanhar. Pode acreditar, pode não acreditar nos dados, mas estão ali. A imprensa, cada vez que publica um boletim, a imprensa



cai de pau na Secretaria. Já presenciei discussões de Secretário de Segurança com a imprensa: “Aumentou”, “não aumentou”. Torna transparente uma coisa que até agora permanece extremamente opaca no Brasil: o que acontece na segurança pública brasileira?

O segundo tem a ver com algo que não foi criado para estudar a violência, foi criado como instância da Organização Mundial da Saúde, que se chama Sistema de Informação de Mortalidade. Por lei nacional, cada óbito tem que estar acompanhado da correspondente certidão de óbito para poder ser enterrado, para poder pedir o benefício do INSS etc. Esse é um formulário que se registra em cartório, tem princípio de fidedignidade cartorial, direito legal do cartório que dá fidedignidade cartorial. E quando se trata de causas externas, quer dizer, acidentes, tem que botar uma série de dados que nos servem para fazer estatística da violência. Dados de que morreu; como foi que morreu; onde foi que morreu; se morreu por suicídio, qual foi a arma que utilizou. Há uma série de dados que você, trabalhando, pode chegar a uma imagem da violência no Brasil.

Claro, há um leque limitado de violência. Nós temos no Sistema de Informação e Monitoramento da Saúde, que trabalha com registro de certidão de óbito, temos um limitado leque de possibilidades. Só podemos analisar violência letal, quando alguém, produto da violência, morreu. E só alguns tipos de morte por violência letal, algumas classificações. Podemos trabalhar com suicídios; podemos trabalhar com mortes em acidentes de trânsito, um novo tipo de violência urbana; podemos trabalhar com homicídios, agressões intencionais, que são os homicídios; podemos trabalhar com armas de fogo, que tem a ver com suicídio, que tem a ver com acidente com arma de fogo etc. Isso tudo podemos trabalhar. Que vantagem nos dá esse sistema? Primeiro que é um sistema internacional que tem a mesma definição em todos os países do mundo, é a definição da OMS que se chama *Classificação Internacional de Doenças*, que data da década de 60 e já tem a décima revisão. Por isso se está trabalhando agora com o que se chama *Classificação Internacional de Doenças* nº 10, que periodicamente se revisa, se amplia. Um nome no Brasil tem exata definição em qualquer parte do mundo. Podemos trabalhar com estatísticas internacionais; a OMS disponibiliza publicamente essas estatísticas.





Segundo, temos microdados, quer dizer, temos óbito por óbito, não um formulário como o sistema anterior. Você vai ao Ministério da Saúde tira o microdados e tem óbito por óbito, cada ano é mais ou menos 1 milhão de certidão de óbitos; você bota no computador e faz um cruzamento que você quer. Cada óbito tem idade, sexo, estudo, cor, raça etc., e você pode fazer o cruzamento no município de quem morreu etc.

Eu trabalho, basicamente, desde o início; fui o primeiro que começou a trabalhar com esse tipo de fonte: Ministério da Saúde. Por que? Em 1998 não havia nenhum sistema nacional, sequer o do Ministério da Justiça de que se começou a falar em 1999, por ali. Era a única fonte que tínhamos, vamos trabalhar já que estamos fazendo muitos trabalhos com violência nos Estados. Como está este Estado em violência juvenil? Como está a violência em geral? E aí é que surgiu a ideia de um mapa da violência, para unificar nossas pesquisas e dar uma base comum à pesquisa em Fortaleza, a pesquisa no Rio de Janeiro e em outros locais.

Quais são as limitações desse sistema? Não quero... o sistema não é meu, é oficial do Governo brasileiro, e é o único que temos e podemos utilizar, mas sabendo quais são as limitações, sabendo que tem sérias limitações também. Primeiro, porque é pouco abrangente para analisar violência urbana e a violência criminal. Como eu estava falando, só violência letal, homicídios, acidentes (*ininteligível*), suicídios e morte por arma de fogo. Não sabemos quantos foram vítimas por agressões não letais, brigas, estupros etc. Não temos nenhuma informação no sistema.

Segundo problema, o sub-registro. Temos um sério problema. A OMS fez um trabalho de estimativa — o próprio Governo brasileiro em 1990, e a OMS em 2000. Um trabalho de estimativa, que podemos chamar sub-registro. O quer dizer? Cemitério clandestino, ninguém sabe quem foi enterrado, nem a polícia nem o cartório, ninguém sabe.

Você lembra, há pouco tempo, o caso de um famoso jornalista da *Rede Globo* que mataram, queimaram, etc. Moveram céus e terras até que encontraram. Ele não tinha registro de óbito.

Tem no interior — quanto mais se avança para o interior, para as zonas inóspitas — cemitério clandestino, porque não há registro, não há cartório, não há



sistema cartorial, IML etc. Então, se calcula que aproximadamente 20% dos óbitos não são declarados no Brasil no sistema de certidões, não são declaradas em nenhum sistema e em nenhum boletim de ocorrência policial, em nenhum lado, não aparece.

Segundo, o que poderíamos chamar de subimputação. O que quer dizer? Utilizar categorias residuais para mascarar uma realidade. Por exemplo, muito comum, utilizar as categorias — que no Brasil se utiliza com uma facilidade terrível — Y10 a Y34 da classificação internacional. O que são? Eventos, o título eventos, fatos cuja intenção é indeterminada. O que quer dizer isso? Não sabemos se foi suicídio, não sabemos se foi homicídio, não sabemos se foi acidente. Apareceu um indivíduo com um buraco de bala 45 e não sei do que se trata, se foi intencional, se não foi intencional, se o cara se apontou na barriga e se matou. Vamos trabalhar isso porque está aparecendo a cada ano com mais facilidade mortes cuja intenção é indeterminada.

Esta é, aproximadamente, a evolução da mortalidade dos homicídios, a taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes do Brasil na última década, 1997 a 2007. Estas são as taxas da população total. Vocês veem que há um aumento progressivo até 2003 — 2003, lembro a vocês, foi o Estatuto do Desarmamento; em 2004 a Campanha do Desarmamento, campanha que durou praticamente até o plebiscito, que depois vocês sabem o que aconteceu. Até esse momento, (*ininteligível*) pronunciado, é um crescimento de aproximadamente 5% ao ano de nossa taxa de homicídios — e aí há um corte brusco, cai para 27, para 25, para 26 e para 25 novamente, de 2006 a 2007. Esta cifra aqui, de 2007 está sob suspeita. Tenho minhas dúvidas dessa queda, agora vamos tentar explicar o porquê.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Dr. Júlio!

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Jovem é considerado de 15 a 24.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Nações Unidas. Eu costumo trabalhar com definições das Nações Unidas. Mas é de 15 a 24.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Quinze a 24.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Exatamente. Boa a sua pergunta.



Entre os jovens foi aumentando progressivamente, mais rápido do que entre os adultos, até que na Campanha do Desarmamento, Estatuto etc, cai bruscamente, estabiliza, cai 1 ano, cai no segundo ano. A queda brusca foi aqui, depois caiu, e depois começa a aumentar a partir de 2006 até 2007. Isto é, pela primeira vez em muitos anos há uma queda pronunciada, a partir da Campanha de Desarmamento, das estatísticas de homicídio no Brasil.

Vemos aqui ano a ano e por idade simples. Aqui embaixo tem a idade dos indivíduos, aqui tem as taxas... Desculpem-me, o número de homicídios em cada idade — 5 anos de idade, 6, 7, 8, 9, 10, assim até os 80 anos de idade. Vocês podem observar que o número de homicídios cresce brutalmente a partir dos 13 a 14 anos até os 20 a 21 anos de idade. Aí é o pico do número — um Everest, praticamente —, depois começa a cair, cair, cair. Vocês podem observar que a diferença entre 1997 e 2007 não está nas taxas gerais, está em taxas aqui, taxas antes dos 14, depois dos 21, praticamente depois sem igual. A diferença está aqui. A diferença está entre 1997 e 2007, está é a diferença — e sobre isso vamos falar.

Como era muito grande o quadro para ver, ano a ano, todos os Estados do Brasil, fiz um apanhado de 3 taxas — 1997; 2002, pré-Estatuto do Desarmamento; e 2007, a última informação que temos. Observem uma questão: primeiro tem Unidades federadas cujo crescimento foi pavoroso. Neste momento Alagoas, que estava numa posição intermediária em 1997, acende para o primeiro lugar no *ranking* de homicídios do Brasil, superando os concorrentes tradicionais, que eram Pernambuco, 53, e 59 Alagoas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Jacobo, esses valores aí são por 100 mil habitantes?

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Todas as taxas que vou falar sempre são taxas que (*ininteligível*) epidemiológicas. Número de incidentes a cada 100 mil habitantes. Quer dizer que, tradicionalmente, desde 90 aproximadamente, 90 a 95 em cada Estado, 3 Estados se revezavam: Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco. Eles se revezavam no primeiro lugar, mas estavam sempre muito próximos. Um ano era um, outro ano era outro, com pequenas diferenças que se vinham arrastando ao longo do tempo. A primeira vez, desde 2006, começa Alagoas a disputar o cetro do Estado mais violento do Brasil. E se converte, em 2006, com



59,6 homicídios em mil habitantes. Alagoas, Espírito Santo, 53; Rio de Janeiro, 40,1; e Pernambuco cinquenta e... Essa cifra de novo está sob suspeita. Essa queda violenta experimentada pelo Rio de Janeiro agora vamos saber também por quê.

Entre os jovens de 15 a 24 anos, a taxa praticamente acompanha pelo nível muito mais elevado. Alagoas, por exemplo, que tem 122 — olha o crescimento de 30 para 122 —, está praticamente numa posição muito cômoda. Saltou para o primeiro lugar, 122; Pernambuco, 108; Bahia... Bom, Bahia é outro caso de crescimento inaudito, mas a Bahia tem um problema que sempre teve, o de sub-registro. Havia um problema de sub-registro de informação. Mas Bahia cresce rapidamente. Minas Gerais até 2005 teve um crescimento brutal, e em 2005 foi caindo. Depois, Rio de Janeiro, de novo, 117; queda brutal de 23%, também sob suspeita. Mas, em geral, nossas taxas juvenis são extremamente elevadas. Eu divido a população em 2 grandes grupos.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Doutor, quanto o senhor diz sob suspeita, é que o senhor supõe que pode ser manipulado? É isso?

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Agora eu vou explicar. Já vou chegar a um quadro que vou explicar o porquê. Eu não digo que são... Pode haver manipulação ou pode haver algum problema. Eu coloco só sob suspeita a fidedignidade dessa informação, não a intencionalidade. Eu sei que... Agora, em um quadrinho, vamos saber por quê. Vamos chegar a desvendar o mistério. O que quero marcar é isto: uma característica da violência letal homicida no Brasil.

Eu vou dividir nesse quadro a população em 2 grandes grupos: jovens de 15 a 24 e não jovens, aqueles que não chegam a ser jovem, 14 anos, ou aquele que passou da idade juvenil, 25 anos para cima. Dois grupos: jovens e não jovens, ou porque não chegou ou porque já passou.

Observem na taxa dos não jovens. Em 1980, a taxa era 21,3 em 100 mil não jovens. Caiu para 18, subiu para... em 2000, subiu para 20, e caiu de novo em 2007. Mas com leves quedas se conserva mais ou menos constante nos últimos 27 anos. Oscila um pouquinho para cima, um pouquinho para baixo.

Deem uma olhada no que acontece com a taxa jovens: 30, 38, 52, campanhas etc., 40 mais ou menos. Chega-se a uma conclusão muito rápida e lamentável, que a história da violência do homicídio no Brasil é a história do



extermínio de sua juventude. Não é a história do extermínio geral, não é a história do extermínio dos não jovens, mas a história do extermínio da juventude. O crescimento está aqui.

Aqui vou tentar explicar a suspeita sobre os dados do Rio de Janeiro. Eu estava falando de uma categoria residual, Y10 a Y34. onde se bota: "*Olha, não sei de quê morreu*"; sei que está morto, sei que tem um cadáver, sei que não morreu de morte natural, porque está dentro da morte por causas externas, não sei se morreu por acidente, se se automutilou ou se foi intencional, não sei. Então, boto nessa categoria Y10 a Y34. Normalmente essa categoria internacionalmente trabalha com uma porcentagem de 3% aproximadamente da mortalidade por causas externas. Três por cento. Já é uma cifra grande em termos internacionais.

Deem uma olhada nos Estados Brasileiros. Em 2007 — este é o número de indeterminados em 2006, 2007. Aqui quanto representa de mortalidade por causas externas. Deem uma olhada: Acre, 1, 0,1, 2, 5, 0; Ceará, 6, 7 — já pulou; Distrito Federal, zero ou 1%, Espírito Santo, 9, 3, 3. Quando você chega a Rio de Janeiro, 20,9%, um de cada 5 mortes por causas externas foi jogado no lixo: "*Ah, não sei de quê morreu*". Isso contradiz toda a lógica que nós conhecemos em termos de Instituto Médico Legal, de medicina forense, etc., que têm capacidade de identificação.

Deem uma olhada num segundo dado... Por isso digo que está sob suspeita. Eu não digo que sim, nem que não. Eu acho que tem muito a se interrogar. No Rio de Janeiro, em 2006, aparecem 1.636 cadáveres Y10 Y34 — "*Não sei de quê morreu*". O ano seguinte duplica. Foi justo a grande queda do Rio de Janeiro que duplica magicamente, duplica o número de indeterminados, que não se consideram homicídios, considera-se que morreu. Ora, o esquisito do caso é que quanto mais avançado o Estado em geral, mais indeterminados têm. Deveria acontecer o contrário. Deveria acontecer que Instituto Médico Legal, cobertura de saúde, cobertura médica permitem uma melhor identificação. No Brasil não acontece isso.

Deem uma olhada: Estados como Bahia, não é um dos Estados economicamente avançados, mas tem 18% por causas bem parecidos com as do Rio de Janeiro; Minas Gerais, 8,9%; São Paulo, 9,5% de indeterminados. Isso foi objeto de questionamento públicos, por parte da *Folha de S.Paulo* ao Secretário de



Segurança etc., perguntando por que... *"Ah, a resposta — eu estava presente nessa entrevista, lamentavelmente — vou ter que indagar, porque realmente não sei"*. Bom, Rio Grande do Norte, 18%; Rio de Janeiro, 20%, já falamos. E como um Estado como Tocantins pode ter... Se tem Estados que não são, digamos, uma maravilha de virtudes médicas, como um Estado que tem realmente avanço médico não consegue identificar a causa da morte?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Doutor, o senhor me permite?

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Sim, como não?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Eu acho interessante que, em números absolutos, mesmo esses que tiveram crescimento, por exemplo, São Paulo foi de 2.258... caiu para 2,189, de 2006 para 2007.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Exato.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O próprio Estado de Minas Gerais, de 1.148 para 1.116. Agora, o Rio de Janeiro é que salta aos olhos, de 1.676 para 3.191. Praticamente dobrou.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Dobrou. E foi o ano que o Rio de Janeiro conseguiu baixar a sua taxa de domicílio.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - E quando a tecnologia avançou também.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - A tendência era conseguir identificar mais, não é isso?

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Exatamente. Não só por isso, mas porque ano a ano se instala novos Institutos de Medicina Legal nos interiores, há um avanço da cobertura médica que diz que a taxa deveriam vir caindo. Tem Estado como São Paulo, por exemplo, e Rio de Janeiro, que são renitentes no avanço tecnológico, continuam constantemente tendo cadáveres não identificados enquanto intencionalidade. Isso é motivo de profunda inquietação, que é o que acontece nesses Estados, o que acontece quando essas informações... Que credibilidade tem uma informação que tem 20% de não identificação ou 18% de não identificação? A isso me referia, Deputado, quando estava falando de suspeita. A mim me parece



muito esquisito esse tipo de tratamento de informação, dado ao avanço tecnológico que temos neste momento.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - É um contrasenso, não é?

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Exatamente. Por isso é suspeito.

Também fizemos um trabalho com os municípios. Seria muito longo, porque, se formos analisar os 5.564 municípios... Eu recebi críticas, inclusive dos meios de comunicação: "*Ah, municípios não se faz.*" (*Ininteligível*) bem-vindas essas críticas, porque me permitiram melhorar, mas eu continuo fazendo o mapa da violência do município.

Por que mapa da violência dos municípios? Nós fizemos, em 2005, o mapa da violência do Estado de São Paulo, tentando explicar que o que estava acontecendo em São Paulo, que conseguia diminuir seus índices de violência num panorama nacional que não conseguia. De 1999 em diante, os índices de violência de São Paulo vem caindo, antes do Estatuto do Desarmamento, antes... Então, o que acontece em São Paulo? E vimos que o que privava em São Paulo foram políticas municipais e mobilização de cidadania.

Bem, em duas ou três pinceladas, com síntese de um estudo, em São Paulo aconteceram vários fenômenos simultâneos. Em 1997, o Datafolha de São Paulo chega à conclusão, em uma pesquisa de opinião pública, que o principal motivo de preocupação da cidadania paulista era a insegurança. Em 1999, época de sequestros de grandes empresários — Diniz, etc. — se cria um instituto poderoso, o Instituto São Paulo contra a Violência, que só agrupa 50% do PIB nacional: a Federação das Indústrias de São Paulo, a Federação de Comércio de São Paulo, a federação de seguros de São Paulo, a federação de bancos de São Paulo, o PIB nacional, junto com a Rede Globo, junto com a USP etc.; o Instituto São Paulo contra a Violência. Por outro lado, aparece uma sociedade estudantil, que se chama Sou da Paz, que faz a primeira campanha do desarmamento no Brasil. Lembram na televisão, os artistas com a mãozinha etc. abanando? E foi o primeiro... Desarmamento nacional. Há uma enorme mobilização da opinião pública, que criou esses 2 institutos. Então, há uma melhoria do sistema de segurança pública em São Paulo; melhoria da carceragem, melhoria em grandes investimentos nacionais. O



Plano Nacional de Segurança Pública, o fundo nacional também colaborou, e conseguiram ir reduzindo.

Só que o motor dessa história foi o Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Se juntaram os 39 Municípios, convocados pelo Instituto São Paulo contra a Violência. Claro, o PIB... Não era o Júlio, nenhum Deputado; era o PIB nacional, a Rede Globo e a USP que estavam convocando os Prefeitos. Todos os 39 Prefeitos foram lá. Criaram um fórum, um fórum de discussão, de debate etc. e começaram a aplicar políticas a partir do município: lei seca, abriram escola no final de semana para o jovem, esporte na rua, teatro etc., medidas paliativas, alternativas, e conseguiram ir baixando progressivamente os índices de violência do Estado de São Paulo a partir de políticas que, com o apoio federal e apoio estadual, eram notadamente municipais. Era o município que decidia o que implementar. Por isso nos pareceu importante começar a fazer um mapa da violência dos municípios para ver que municípios realmente são aqueles que têm índices de violência elevados.

Aí, começamos o segundo mapa de violência dos municípios para controlar um fenômeno que se chama sazonalidade: num município pequeno, aparecem 3 cadáveres, as taxas salta para cima; no ano seguinte, tem zero. Trabalhamos a nível municipal com média móvel: pegamos a média dos últimos 3 anos, sendo o município de mais de 7 mil habitantes, e a média dos últimos 5 anos dos municípios mais pequenos. Por quê? Para evitar a sazonalidade.

A gente pensa muito em economia quando se trata de preços sazonais. Para estabelecer a média, para estabelecer um preço real do chuchu, se trabalha com uma média de preço do chuchu. Aplicamos o mesmo e está dando resultado.

Tecnicamente, parece que não tem muito porque 80% dos municípios que apareceram no primeiro mapa apareceram no segundo também. Quer dizer, há uma estabilidade da medida. Pois se não houver estabilidade, o que aconteceria; aparecer num mapa e não aparecer no outro? Porque vai mudando pela sazonalidade.

Bom, aqui temos, em primeiro lugar, no mapa da violência, não só municípios das regiões metropolitanas; são municípios do interior — um fenômeno a que vamos nos referir daqui a pouco, que chamamos de interiorização da violência — e que estão distribuídos ao longo de todos... O primeiro município, capital, e o nono, que é





Recife. Nós temos alta honra, junto com o Deputado Raul Jungmann, de sermos moradores de Recife, que é a capital mais violenta neste momento. Tem municípios grandes, têm municípios pequenos...

De Colniza, que saiu em primeiro lugar no mapa anterior, eu recebi uma resposta do delegado de polícia me questionando, dizendo que, se ali temos 25, 30 cadáveres por ano, o que são 25, 30 cadáveres comparados com São Paulo? Colniza tem 15 mil habitantes e São Paulo tem vários milhões. Não dá para comparar, mas só aparecia 25 a 30 cadáveres por ano, e em um município assim pequeno. Só.

Bom, isso, realmente, nós pensamos que seria um estopim para uma discussão. Não uma solução, senão, dizem em psicanálise, em um dito muito aplicável, que o primeiro passo da cura é a consciência da enfermidade. Sem consciência da enfermidade não tem cura. Consciência da enfermidade não garante a cura, mas é um primeiro passo.

Então, eu já apanhei duro em algumas Câmaras de Vereadores, por exemplo, em Itamaracá, que me convocou, que me deram... Imaginem. Tive que sair de fininho em um momento, e até pensei que não saía, porque eu estava atentando contra a capacidade comercial e industrial de Itamaracá, que aparece, em Pernambuco — 38; aqui — que aparece afugentando... E aí vamos ver o que acontece lá.

Tudo isso serviu para nos dar um pequeno panorama do que está acontecendo no interior. Já vamos nos referir... Pode passar.

Esses dados estão no livro, no material que vocês podem retirar aqui. Não vou me prolongar muito, pois são simples estatísticas: quem está em primeiro; quem está em segundo.

O objetivo, volto a repetir, é provocar a discussão, provocar a consciência de que algo está acontecendo. Eu não sei... Eu não posso saber o que acontece em 5.564 municípios, mas sei que é um termômetro o mapa da violência; sei que têm febre. Esses municípios estão com febre. Ora, qual é a enfermidade? Eu não sei.

Bom, a que se chama interiorização da violência? Não quer dizer que os municípios do interior são mais violentos do que as capitais; quer dizer que mudou o polo dinâmico da violência. Até 1999, o crescimento da violência se dava nas regiões metropolitanas, principalmente nas regiões metropolitanas tradicionais



criadas na década de 70: Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Belém etc. São 9 regiões metropolitanas, junto com Vitória, que foi criada depois. A região metropolitana de Vitória foi criada depois, mas eu computo essas 10 porque são as tradicionais.

Deem uma olhada. Entre 1994 e 1999, as Unidades Federadas cresceram 5,6% ao ano: regiões metropolitanas 6,1 e interior, 4,9. O polo de crescimento estava nas regiões metropolitanas. O interior crescia, mas, deem uma olhada: de 1999 a 2004, estagnam as regiões metropolitanas — 0,8% ao ano — enquanto o interior vai crescendo 5,3% ao ano.

Eu não estou dizendo que a violência no interior é maior que a violência na capital e regiões metropolitanas. Estou dizendo assim: o polo dinâmico de violência é no interior; é onde está crescendo.

Por que acontece isso? Pode passar. Algumas tentativas de explicação das causas que estão originando a estagnação nas capitais e crescimento do interior.

Primeiro, o novo Plano Nacional de Segurança, de 1999, e o Fundo de Segurança Pública, de 2000, fizeram investimentos nas regiões metropolitanas violentas — exclusivamente nas regiões metropolitanas violentas. Quer dizer que melhoraram as polícias, melhorou a infraestrutura, os equipamentos etc. O que originou isso? Maior capacidade de proteção da polícia. Vê-se isso em São Paulo e em vários outros lugares.

Segundo fator: descentralização do crescimento econômico. A partir da década de 90 — o economista Marcio Pochmann, que está na sala contígua, fala disso —, começa um processo de descentralização e interiorização do crescimento econômico. As capitais e investimentos se estagnam e capitais e regiões metropolitanas se convertem em (*ininteligível.*) de população. Já não atrai o migrante, não atrai o retirante. São Paulo deixou de ser a meca para o retirante. Por quê? Porque já não tem mais trabalho, tem desemprego, não tem investimento. Os investimentos agora estão no interior — Pernambuco, em Suape, Araripina etc. —, que são polos de investimentos. Então, junto com capitais, junto com recursos financeiros etc., vai a marginalidade e a criminalidade. Por quê? Porque são áreas ainda não protegidas pela segurança pública. É um terreno praticamente virgem, que pode ser explorado pela criminalidade.



E, terceiro: não devemos esquecer, o nosso sistema de captação de homicídios melhorou. Nos 10 últimos anos houve uma melhora, e captamos dados que antigamente não se captavam, que são dados do interior, institutos médicos legais etc., que fazem com que fenômenos que antes passavam despercebidos agora podem ser trabalhados.

Essa caracterização do município nos permite fazer uma espécie de tipologia dos municípios violentos. A que se deve... Vendo as manchas... Estava mostrando um mapa agora, estava vendo um mapa do Brasil que estava nesse trabalho, e uma grande surpresa minha é que eu pensava que os pontos mais escuros de violência iriam aparecer na Zona da Mata, na zona da costa etc., e foram para o interior, para o outro extremo: Amazonas, Mato Grosso etc.

Mas, primeiro polo de crescimento do interior, por exemplo, Pernambuco, que é uma área que eu... Não posso falar de todos os Estados, que não conheço realmente. Mas, em Pernambuco, por exemplo, que conglomerados de violência aparecem? O polo gesseiro de Araripina, onde houve investimentos ultimamente na indústria do polo gesseiro; o polo de confecções de Santa Cruz do Capibaribe, onde houve investimentos maciços etc.; o polo agrícola, de agricultura irrigada, de Petrolina, também investimentos, junto com outros, em Pernambuco, de pistolagem tradicional — a zona de Belém, Belém de São Francisco, que todo o mundo conhece; o polígono da maconha, pistolagem etc. — aparecem como mancha. Municípios de zona de fronteira: Foz do Iguaçu, Coronel Sapucaia etc., que vão marcar a incidência da pirataria, do contrabando etc. sobre a vida da população.

Como essa população começa a depender economicamente desse tipo de vida... Por exemplo, o maior problema que eu tive, quem mais refutou meus dados em Colniza não foi nem o prefeito nem o delegado; foi o dono da funerária. É sério. Saiu nos jornais o dono da funerária queixando-se de que não era nada do que eu estou afirmando ali; que Colniza é uma cidade tranquila; que ele compra 15 caixões por ano e sobra ainda. Então, não pode haver tanto cadáver, e a dele é a única funerária. Depois, o juiz desmentiu: não, realmente, presenciei tantos mortos aqui. A população local começa a ser dependente economicamente do tráfico etc., então vai defender o *status quo* porque tem um interesse econômico por trás.



Por último, são as (*ininteligível*) de turismo predatório. Eu chamo predatório aquele turismo em que é incentivado até o beber, a bebedeira de final de semana etc., e junto com isso vem a violência. São vários, entre eles, a Ilha de Itamaracá.

Bom, pode passar.

Tem duas ou três coisas mais que gostaria de agregar.

Localizar o Brasil no mundo. O que acontece? Um fenômeno tipicamente brasileiro, tipicamente de quê? Primeiro, peguei 70 países do mundo em que temos dados da Organização Mundial da Saúde, dados homogêneos de mortalidade, e agrupei por região, continente os 70 países. De um lado, América Latina e o Caribe, que têm uma enorme afinidade cultural, se destacam sobre o resto do mundo. Na América Latina, a taxa de homicídio de jovens é de 36,6; não jovens, 16. Dá uma olhada que só chega perto o Caribe. Europa, 1,2 jovens, 1,3 não jovens; Oceania — Austrália etc., 1,6, 1,2; Ásia, 2,4, 2,1. As Américas se destacam por seus elevados índices de violência, que é uma questão de não só, digamos, atribuir a uma causa única, como ao tráfico de drogas etc., se não a causas múltiplas, o tráfico de drogas etc., que seria muito longo discutir aqui; são questões culturais.

Pegando 84 países do mundo, taxa de homicídio total, taxa de homicídio juvenil, índice de vitimização, que vou explicar, a América Latina, em amarelo, ocupa, dos 5 primeiros no mundo, 4 são da América Latina: El Salvador, Colômbia, Venezuela e Guatemala, nessa ordem. Homicídios juvenis, os 5 primeiros no mundo são na América Latina. No índice de vitimização juvenil, a relação entre a taxa total e a taxa juvenil, que proporção de jovens morrem em cada país, com respeito à taxa total, nós também somos bem, bem campeões: o Brasil está em 6º lugar. Em homicídio total caiu — agora vou explicar por que —, em 5º lugar em homicídio juvenil e em 3º lugar no mundo em vitimização de jovens.

O que aconteceu nos últimos 4, 5 anos? Primeiro, Colômbia. As taxas da Colômbia começaram a cair drasticamente. Todo mundo escutou falar do fenômeno Bogotá, do fenômeno Cali, foram convidados de todos os cantos a ver o que aconteceu lá. As taxas da Colômbia caíram ostensivamente nesses anos. As do Brasil, nos últimos 5, 6 anos, subiram um pouquinho, permaneceram incólumes. Então não é o Brasil que melhorou; é a Centro-América que piorou. El Salvador, de 2005, 2006 e 2007, fica pior ainda porque seguiu crescendo. El Salvador supera a



Colômbia, coisa inadmissível 5 anos atrás, 5, 6 anos, porque a Colômbia era disparada a primeira do mundo. Guatemala fica perto, em homicídios juvenis também.

O que aconteceu? Começou um fenômeno: até esse momento, a Colômbia e o eixo do narcotráfico eram os principais responsáveis pela violência latino-americana. O ponto central, inclusive no Brasil, ainda se discute muito se o narcotráfico... Sempre que tem um jornalista que me pergunta: a violência se refere ao *crack*? Eu não sei a que se refere. Sei que o *crack* é um fenômeno que tem que ser explicado. Ah, está originando aquilo? Não, não é o *crack*. O que faz o jovem ter que recorrer ao *crack*? O que faz o jovem ter que recorrer à droga? O que faz o jovem ter que recorrer à violência? É a pergunta que nós temos que fazer, e não se o *crack* explica.

Segunda questão: eu acho que o *crack* explica uma parte, pode explicar uma parte, mas não o todo nem a maioria. Tem dois trabalhos, um deles em Pernambuco, outro aqui em Brasília, um do Sarah Kubitschek, outro de João Veiga, médico do Hospital da Restauração, que fizeram o mesmo trabalho: feridos de bala que entraram no Sarah Kubitschek e no Hospital da Restauração; quem matou quem. Os dois chegaram à mesma conclusão: que 55% das mortes em Brasília, Salvador e Pernambuco são familiares, o que chamam crime de proximidade — um amigo, um familiar, um parente, um vizinho que, por motivos banais e fúteis, mata; profissional, 30% — crime profissional da droga, do roubo etc. Então não temos segurança que o *crack* explica, que a droga, explique tudo. Tem coisa que ainda precisa ser explicada no Brasil.

O que aconteceu em El Salvador, na Centro-América em geral, na década passada, a década de 90? Uma enorme migração de jovens, por motivo da guerra, da guerrilha, vários motivos, para os Estados Unidos. Constituíram gangues muito pesadas. A principal que se conhece é a Salvatrucha, uma gangue muito pesada de proteção territorial, coisa que vemos em filmes da década de 30: proteção territorial, territórios delimitados etc. Esses jovens foram expulsos dos Estados Unidos, voltaram à sua terra de origem e reconstituíram as mesmas “*maras*” — se chamam “*maras*” essas gangues — “*mara*” significa *marabunta*. Quem viu o filme, quem é da minha idade, um filme chamado *Marabunta*, são essas formigas africanas que



avançam sobre tudo e comem tudo. Essas gangues se chamam “*marabuntas*”, e começaram a exercer uma violência desmedida de proteção territorial. Então, não só mudou o eixo geográfico; mudou o eixo da problemática: da droga que era da Colômbia e passa a gangues juvenis na Centro-América.

Vocês podem olhar neste gráfico, que só se refere à América Latina: homicídios, taxa de homicídios jovens, taxa de homicídios total — El Salvador, Colômbia, Venezuela... Os países que têm altas taxas é porque têm altas diferenças entre homicídios juvenis e homicídios da população total — jovem e total. Deem uma olhada. As diferenças... Praticamente, nesses países duplicam. Vocês pegam os países de média ou baixa, praticamente não tem tanta diferença. A violência juvenil, tanto como atores quanto como vítimas, está explicando muito dos índices de violência nesses países.

Tentando encontrar alguma explicação mais estrutural, eu correlacionei em 70 países, de que eu tinha dados comuns do IDH com índices de violência... Correlacionei cada componente do Índice de Desenvolvimento Humano com as taxas de homicídios jovens, não jovens e total. Vocês vão encontrar uma coisa...

Há uma virtual associação entre pobreza e violência. Praticamente, a mídia e várias correntes exploram que, bom, a violência está associada com a pobreza. Inclusive, durante muitos anos, os setores progressistas do país não trataram o tema da violência porque o entendimento era que a violência só vai ser superada quando se supera a pobreza; quando houver uma reestruturação do poder político e econômico do país. Aí se vai solucionar. Muito mais recentemente, viram que a violência é um fenômeno, um epifenômeno em si próprio, que tem que ser ainda explicado e não se explica pela pobreza.

Deem uma olhada. O índice de renda do IDH explica muito parcialmente. O índice de correlação... Vamos ver o índice de determinação: 9,6% das variações de renda explicam os homicídios jovens, 14% os não jovens e 13%, o total. Isto é, entre 8% e 10% da violência homicida é explicada pela variação de renda. Se você pega os índices de concentração de renda...

Índice de concentração de renda é o poder de agrupar dos setores mais poderosos a renda nacional. Por exemplo, no índice de Gini, 1 significa que um indivíduo concentra toda a renda do país, o resto não tem nada. É um limite. O limite



inferior, zero, significa que todo o mundo tem renda por igual, ou seja, não há concentração de renda em índice zero. O mínimo você relaciona: quanto ganham os 10% mais ricos com relação aos 10% mais pobres.

Tem lugar que concentração de renda explica quase a metade, 50,7%, 45%, 47,9% dos índices de violência no mundo. O índice Gini, 35... Índice 10% mais ricos e mais pobres tomam conta só das pontas. Não trabalha para nada o que está no meio. O índice Gini já trabalha tudo.

Realmente, o que nós conseguimos foi tentar encontrar pelo menos uma fonte de explicação. Não é a pobreza que está explicando a violência; é a concentração de renda. A riqueza dentro da pobreza; a pobreza dentro da riqueza é que explicam, primeiro, as eclosões juvenis, que quer dizer, a violência juvenil que vê... Isso saiu no estudo que fizemos aqui, em Brasília, com jovens de Brasília; a indignação dos jovens da periferia, das cidades satélites, com respeito aos jovens de Brasília pelo poder que tem Brasília e que eles não têm e pelas diferenças sociais que se marcam. Não esqueçam nunca que jovem é rebelde por natureza, graças a Deus, e esse é um fenômeno que indigna nossa juventude.

Isso é mais ou menos uma muito apertada síntese dos trabalhos.

E agora vamos... E termino com isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Prof. Júlio Jacobo, acho que o senhor — e expresso, porque acredito é o senso de todos desta Comissão — não apenas alcançou como superou nossas expectativas em termos de contribuição nessa fase em que nós nos encontramos, que é exatamente a de procurar enfocar esse fenômeno multidisciplinar, plurifuncional que é a violência urbana. Então, o senhor está exatamente nos ajudando a criar um foco; a criar também uma perspectiva de trabalho para esse tema e buscar respostas.

Isso posto, eu passo para o ilustre Relator, Deputado Paulo Pimenta...

Paulo, quer fazer questão agora, quer esperar um pouquinho... (*Pausa.*)

Bom, o Paulo abre mão; vai levantar questões um pouco mais adiante.

Nós temos algum inscrito? (*Pausa.*)

O nosso companheiro experiente, competente, o Deputado Simão Sessim, é o primeiro a fazer uso da palavra. Tem S.Exa. 5 minutos para fazer os seus questionamentos.



**O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM** - Sr. Presidente, eu aguardava o Relator, mas o Relator abriu mão.

Primeiro, eu queria parabenizar o Dr. Júlio Jacobo pelo excelente trabalho e pela excelente exposição, até didática, do ponto de vista de quem está examinando o problema da violência urbana, e esse é o objetivo desta Comissão.

Na introdução do seu trabalho, V.Sa. fala que “o presente estudo constitui o segundo mapa da violência dos municípios brasileiros”. Há quanto tempo vem fazendo esse estudo, as palestras, os debates?

Eu pergunto o seguinte: tem surgido, nesse debate, nessa sua peregrinação por vários municípios e Estados, alguma predominância, do ponto de vista do exame do aparelhamento dos Estados... Há diferença entre os que estão melhor aparelhados para enfrentar a violência... Isso é um fator importante?

Outra pergunta que eu gostaria de fazer a V.Sa. é a seguinte: essa interiorização que está sendo feita e os motivos que foram apresentados ali, alguns motivos, ela traz... O que me chamou atenção, o crescimento econômico... Os polos econômicos, indo para o interior, trazem a violência, quer dizer, foge um pouco daquela ideia de que os lugares onde há problema socioeconômico é que trazem mais violência. Eu gostaria de uma explicação.

No caso das favelas, no caso de locais onde não há infraestrutura, não só infraestrutura urbana mas também situação socioeconômica das comunidades e, principalmente, o seguinte... No levantamento ali não foi mostrado, mas eu acho que V.Sa. deve ter experiência para nos dizer sobre o crescimento das drogas influenciando a violência, o crime organizado.

Como V.Sa. vê esse crescimento da violência urbana? E o que teria V.Sa. para dar à nossa Comissão de colaboração no sentido de nós enfocarmos melhor o que vem a ser violência urbana? É um termo genérico, é um termo difícil de... Mas os focos principais que nós deveríamos enfrentar no estudo, no exame desta CPI.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado.

Eu vou propor, por uma questão de metodologia, que ouçamos, logo depois do ilustre... Para não fazer picadinho, digamos assim, que ele possa pegar o conjunto. O nosso Relator, Deputado Paulo Pimenta...





Nós temos 2 inscritos: o ilustre Deputado Major Fábio, que é o segundo inscrito e, em seguida, o nosso colega Jorginho Maluly. Então, só para avisá-los.

Antes disso, o Relator tem precedência e eu passo a palavra para o Deputado Paulo Pimenta.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Em primeiro lugar, quero manifestar, Dr. Júlio, a nossa satisfação pela sua presença, mais uma vez. Eu acho que o trabalho desenvolvido por V.Sa. certamente é uma das ferramentas mais importantes de trabalho para todos aqueles que querem discutir a questão da violência, da criminalidade, a partir de uma visão científica. Foram exatamente esses estudos, nessa parceria com a UNESCO, que, de certa forma, trouxeram para o Brasil uma provocação para uma mudança de metodologia. Eu acho que temos muito ainda o que avançar em termos de Poder Público.

Eu tive a oportunidade, como o senhor mesmo fez referência, de visitar Bogotá, Cali, Medellín. A experiência dos observatórios que, de certa forma, trabalham com esses dados, quase em tempo real — não é Dr. Júlio? —, fazem uma tipificação completa com equipes que acompanham *in loco* cada ocorrência, e organizam todo o trabalho de ação policial, de investimentos, a partir dos dados do observatório. É uma mudança substancial do ponto de vista de racionalização de investimentos.

Então, quero, antes de mais nada, dizer que eu trabalho muito com a ideia de que a partir de informações como essas é que nós vamos poder construir no País uma outra cultura em termos de segurança pública, de investimentos.

Não me canso aqui de lhe agradecer e de registrar a importância da sua presença. Desde já vou fazer um pedido ao senhor: que continue trabalhando conosco durante a CPI, ajudando-nos a analisar informações, como Relator, podendo contribuir na elaboração, para que possamos, exatamente, tirar deduções de tudo isso.

A primeira questão que eu queria analisar com o senhor é a seguinte. O senhor tem algum estudo, pelo menos preliminar, que envolva a questão de investimentos em segurança? Porque, digamos assim, esse dado seria complementar, do meu ponto de vista, Dr. Júlio. Nós sabemos exatamente, nessas



regiões, onde houve uma redução dos índices, até que ponto houve um aumento de investimento.

Acho muito importante essa sua análise a respeito do papel do município, porque ela introduz um elemento novo no debate, que é como nós podemos integrar um município como parte integrante de um sistema nacional de segurança pública, que, de certa forma, ainda é no Brasil uma coisa, no mínimo, digamos assim, incipiente.

Segunda questão...

**O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM** - Caro Relator, só para aditar.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Com todo prazer.

**O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM** - Nessa pergunta do Relator, eu gostaria de perguntar o seguinte: objetivamente, o senhor entende que a Guarda Municipal deve ser incorporada como elemento policial no combate à violência?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Só para o senhor ter uma ideia, Dr. Júlio, na discussão que nós fizemos, na semana passada, com o Diretor-Geral da Polícia Federal e com o Secretário de Justiça da Bahia, Nelson Pellegrino, tanto um como o outro falaram da importância de que nós pudéssemos pensar uma política relacionada à questão das penas alternativas, na qual o município, de alguma forma, pudesse ser o responsável pelo encaminhamento da execução; criando uma possibilidade inovadora de realmente ter uma política de penas alternativas comunitárias, especialmente voltada ao público jovem, na qual o município teria um papel, de alguma forma, de executor dessa política.

Mas, para não me estender demais, eu gostaria de perguntar a sua opinião. Veja bem, a União tem, nos últimos anos, ampliado a transferência de recursos para Estados e municípios através de um fundo, do PRONASCI. A minha dúvida, Dr. Júlio, é a seguinte: à medida que não há uma obrigação legal de que os Estados e municípios tenham que investir um mínimo do seu orçamento numa política, digamos, de segurança pública compreendida de uma maneira ampla... Não estou aqui falando no sentido única e exclusivamente do ponto de vista de repressão, mais do que isso. O meu receio é que o que esteja acontecendo seja simplesmente uma transferência: o Estado aumenta a transferência para o Estado e para o município, e o município, por sua vez, se vê desobrigado daquele recurso que tinha no



orçamento para a área da segurança. Ah, o Estado quer comprar 100 viaturas? Bom, o Fundo Nacional transfere recursos para comprar 100 viaturas. Ele pega aquele dinheiro — como é um dinheiro que não tem dentro do orçamento, sem vinculação orçamentária — e aplica em outra área.

Particularmente, tenho trabalhado bastante com a idéia de criarmos, mesmo que fosse de maneira transitória do País, mesmo que por um período, uma vinculação de receita, ou pelo menos que os Estados e municípios, para receber recursos, tivessem que dar um mínimo de contrapartida, mas ainda reforçando a importância do papel do município.

Mais do que perguntas, são algumas considerações para podermos aprender aqui com seu ponto de vista e com sua experiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Antes de passar a palavra ao expositor, gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que, imediatamente após a audiência pública, vamos ter uma sessão deliberativa, quando vamos votar requerimentos. Então, vou pedir a permanência dos senhores aqui.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Presidente, só uma sugestão de andamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Como são poucos Deputados que estão inscritos, o senhor de oporia e o Dr. Júlio...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Não, coloco a critério dele.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Deixar 2 ou 3; depois ele faz um apanhado geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Como o Relator foi um pouco mais extensivo, e é normal...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Porque a Ordem do Dia começa daqui a pouco, temos que encerrar os trabalhos e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - CPI não se encerra, mas, evidentemente, temos que estar atento ao plenário.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Podemos ser chamados para votação nominal.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Vou fazer o seguinte: indago ao expositor se podemos fazer mais ... *(Pausa.)*

Podemos fazer assim? Está certo? *(Pausa.)*

Com a palavra, por 5 minutos, o Deputado Major Fábio.

Tem V.Exa. 5 minutos para fazer o seu questionamento.

**O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO** - Sr. Presidente, Deputado Raul Jungmann; Professor Júlio Jacobo, é um prazer muito grande tê-lo aqui. Assisto pela primeira vez sua palestra, já que sou recente aqui na Casa, mas pelas palavras do Deputado Paulo Pimenta já veio aqui outras vezes, não é? Na verdade, o propósito desta CPI é exatamente descobriremos as causas da violência crescente em nosso País. Então, acredito que essas informações que o senhor nos traz nesta tarde, nesta audiência, vão enriquecer nossos trabalhos, mas ficam algumas perguntas.

Sou pernambucano também — nasci no Recife; moro em João Pessoa, represento a Paraíba e conheço a Ilha de Itamaracá. Acredito que vários aspectos fazem com que a Ilha... Também se falou no turismo predatório onde tem praia e peixe, muita bebida alcoólica. Então, nós... Mas na Ilha de Itamaracá também existem os presídios. Ali atrai muita gente. Também tem a questão da marginalidade. Ali os presídios... Muitos presos que passaram pelos presídios, que sabemos não traz a ressocialização no Brasil, ficaram por lá mesmo e muitos desses praticam crime lá e... Talvez seja por causa disso.

Não foi colocado também a questão da atuação das polícias. A questão, não sei... Isso deve influenciar diretamente o trabalho das polícias. São Paulo tem desenvolvido um trabalho muito bom. A Polícia Militar de São Paulo, a Polícia Civil de São Paulo têm investido muito em tecnologia. A instituição policial militar de São Paulo é muito boa.

Sobre a questão das drogas, vimos o crescimento no interior.

O senhor destacou o fato de o Fundo Nacional de Segurança Pública ter investido nas capitais violentas e, com isso, tem estagnado o crescimento. Isso aí é muito interessante. A gente, na verdade, tem visto esse trabalho do Fundo Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, mas nós temos visto também...



Nós não chegamos à conclusão, e também o senhor não chegou à conclusão, porque não foi feita essa análise, da questão das drogas e da violência.

A gente tem... Ultimamente nós vimos lá na Paraíba uma reportagem a respeito do Município de Patos. Numa das tevês do Brasil passou a realidade de Patos. E não é só Patos. Eu acredito que em muitos municípios do interior do Brasil tem crescido o número de drogas; tem crescido o abuso de drogas, e não é diferente o Município de Patos. Passou na televisão.

Então, nós, como policiais, sabemos que há uma... Eu sei que é um complexo de ações. A violência cresce, mas é um complexo de ações que a gente tem que observar.

Quando o senhor colocou a questão do trabalho feito nos municípios do Estado de São Paulo, a organização da sociedade civil, as associações, isso fez com que.. Pode ter causado a diminuição do número da violência no Estado, no Estado de São Paulo.

Então, eu só quero, assim, agradecer. Eu não faço uma pergunta, eu não quero aqui fazer um questionamento, mas quero agradecer porque, na verdade, esse mapa da violência que o senhor nos traz nesta tarde até nos ajuda a não precisar ir até lá no município, não é? Isso é o que a gente queria. Foi discutido aqui. Eu sugeri que nós fôssemos até o município para ver a situação do município *in loco*. Eu acredito que isso é muito importante, isso é muito interessante, mas esse mapa que o senhor nos trás nos ajuda bastante.

Eu acredito que existem outras informações que não estão contidas aqui, e a gente pode até ter essas informações depois. Também não foram expostas... Pelo número de páginas aqui, eu acredito que o senhor não abordou todas as informações aqui. Então, isso vai nos ajudar.

Acredito que este é o propósito, Sr. Presidente, desta CPI: é a gente ter esse mapa e, através desse mapa da violência urbana, poder propor uma estratégia para combater a violência; a violência, que, muitas vezes, é colocada em cima dos ombros das polícias, das instituições policiais, e a gente sabe que é um complexo de ações. Precisamos estudar, na verdade, também a questão da educação, da saúde, a questão do saneamento, do desenvolvimento, do IDH, de tudo isso, para podermos fazer uma radiografia da violência, do crescimento da violência no nosso



País e podermos identificar e, com isso, construir aqui um documento importante, que seja importante para este Governo e que seja importante também para os governos futuros.

Então, fica o meu registro; não é um questionamento, mas o meu registro de agradecimento, parabenizando também o Dr. Júlio, que nos traz todas essas informações que serão muito importantes para esta CPI, que tão bem está sendo hoje presidida pelo Deputado Raul Jungmann.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Deputado Major Fábio, muitíssimo obrigado pela generosa citação, e o parabenizo também pela colocação das questões e o levantamento de problemas.

Com a palavra o último inscrito, o ilustre Deputado Jorginho Maluly.

V.Exa. tem 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Presidente Raul Jungmann, demais Deputados, Dr. Júlio, quero, antes de mais nada, parabenizá-lo pelo seu trabalho; uma tese de doutorado, certamente, nos termos de violência. Eu acompanhei... Só precisei sair 2 minutinhos para atender o telefone, para não lhe atrapalhar, mas a 95% do que o senhor expôs eu fiquei atento e prestando muita atenção.

Eu sou de São Paulo, mais do interior do que da capital. Já morei na capital. Por incrível que pareça, joguei futebol nas ruas da capital de São Paulo na minha infância; já brinquei de esconde-esconde nas ruas do Planalto Paulista, próximo ao Aeroporto de Congonhas. Podíamos deixar a sala aberta e, no interior, mais ainda. Hoje isso mudou totalmente, tanto na capital e principalmente no interior, onde não se pode mais nem pensar em deixar nem carro aberto. Isso na maioria dos municípios. Mesmo Holambra, onde a taxa de homicídios era zero, já passou a ter estatísticas de homicídio, lamentavelmente.

O que eu vou colocar ao senhor são alguns pontos em que eu gostaria que o senhor, na hora em que o senhor fosse concluir, entrasse com um pouquinho mais de profundidade, dentro do tempo que nós temos aqui.

Eu, quando cheguei a esta Casa, fiz questão de ir para a Comissão de Educação, porque eu entendo que esse processo passa pelo conhecimento: a gente dar oportunidade para essa meninada ter uma alternativa de vida, de renda. E nesse



processo também fiz questão de fazer parte — acho que o Deputado Raul Jungmann fez também — da CPI do Sistema Carcerário. E outros colegas aqui visitamos o Brasil inteiro. Lamentavelmente quem está cumprindo pena hoje são os jovens — não sei se a sua estatística tem isso, quem está cumprindo pena hoje — e, pior, sem estudo. A maioria também não tem nenhum estudo.

Dentro dessas colocações, o que eu vou... O nobre Relator, Deputado Paulo Pimenta, comentou sobre... O senhor falou dos Municípios. Claro, eu sou um ex-Prefeito, de dois mandatos, de um Município de pequeno para médio porte, num Estado que é tido como um Estado rico. E ainda assim, para fechar as contas, todos os meses era muito difícil. Eu costumo dizer que o município é a mãezona de todo mundo. Qualquer coisa que acontece na cidade, vão bater primeiro na porta da prefeitura, para ver no que o prefeito ou a prefeitura vai colaborar para aquilo, seja na merenda escolar, seja num tiro de guerra, seja quando tem a implantação de uma vara judicial e não tem funcionário, é a Prefeitura que tem que ceder, e ceder equipamentos; enfim, qualquer parceria que é feita, realmente o município é chamado a participar, mas não tem a contrapartida.

Inclusive, tem um projeto de minha autoria aqui na Casa. Eu quero que o FPM seja incrementado aos Municípios que foram, na minha opinião, impactados pelos presídios. O Município que recebe um presídio, ele tem coisas boas, mas tem coisas ruins que vêm junto.

A minha mulher, que faz um trabalho de solidariedade através de um programa de rádio lá onde eu fui Prefeito, ela ainda comentava esta semana comigo: *“Olha, bem, para chegar àquele determinado bairro, quando a gente passa, que a gente é conhecido, a gente percebe que tem alguém na porta com um walk talk comunicando que determinado veículo diferente está adentrando naquele bairro”*. Mas, como eles sabem o que está acontecendo — é para ajudar uma família —, não há nenhum tipo de reação.

Dentro desse foco, eu queria que o senhor comentasse dessa interiorização, se também há essa inversão de fluxo de levar o presídio de alta periculosidade para o interior. E junto com ele nós sabemos que vai o crime organizado, vai o PCC, vai o Comando Vermelho, vai a falange não-sei-quê, que comanda de dentro dos presídios barbaridades e outras coisas mais, inclusive com negócios fora do



presídio, para dar fachada. Inclusive estão dizendo que estão montando até igrejas hoje, financiadas, com esse escopo, porque lá não tem controle tributário tão rígido quanto em outras entidades. Então, eu queria que o senhor comentasse um pouquinho essa questão da interiorização dos presídios.

Segundo ponto: na minha opinião, falta uma integração de políticas de segurança. O Brasil não tem um trabalho de rede de proteção social da maneira que eu entendo que deveria haver. Até bem pouco tempo atrás, até uma simples multa de trânsito você não recebia em outro Estado, porque não tinha a integração dos computadores para que você pagasse a multa. Muita gente licenciava o carro em outro Estado, inventava um jeito de licenciar para tomar multa à vontade e essa multa não chegar. Imagine para outros números tão importantes quanto esses que o senhor divulgou! Como é que o senhor vê hoje, neste momento, essa integração ou não das políticas de segurança, das estatísticas entre os entes da Federação e o controle geral da União, que eu acho que deve ser a grande orientadora desse projeto?

Há outra questão também. Eu bato muito aqui na tecla de uma das drogas que pouca gente comenta, que é lícita, que é vendida em qualquer esquina. Como é que o senhor vê a questão do consumo de álcool pela juventude, que está consumindo, na minha opinião, em demasia, sem controle e sem a responsabilidade, para, depois de tomar o exagero de uísque, de vodca, de cerveja... Não sou contra aquele que toma moderadamente, nós estamos falando dos abusos.

Vimos uma reportagem de uma grande rede de televisão esta semana, naquele jornal das sete da manhã, filmando no Brasil inteiro que as lojas de conveniência dos postos de gasolina se tornaram pontos de encontro: o pessoal sambando em cima dos automóveis, dançando e ingerindo, ingerindo, ingerindo bebida alcoólica. E dali vão para as baladas ou para outras coisas, e acabam até morrendo de uma forma violenta, porque trânsito, como o senhor disse, também é uma forma de ceifar a vida da nossa juventude.

Outra questão também que eu trouxe ao debate desta Casa é a violência que começou a entrar num lugar que deveria ser o contrário: a escola deveria ser o lugar de recuperação, de oportunidade, de cuidar bem da nossa criança e do nosso





jovem, e hoje a violência não está respeitando mais a barreira do muro da escola, das salas de aula. Estamos vendo homicídios dentro da escola, dentro do pátio, com cada coleguinha nesse Brasil afora.

Há esta questão também: o senhor disse que muitos dos crimes ocorrem com pessoas próximas, familiares. Eu sei também que a violência sexual envolve muita gente. Se o senhor pudesse comentar um pouquinho mais sobre essa questão, eu agradeceria.

Nós aprovamos agora também a questão da volta da legalidade dos bingos. Muitos disseram que o bingo pode trazer violência. Eu queria ver se o senhor tem algum pensamento nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Deputado Jorginho!

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Estamos no final, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - V.Exa. está dando uma enorme... Eu lamento, mas é apenas uma questão de tempo.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Chegamos aos 5 minutos, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Chegamos, mas, por favor, V.Exa. está dando uma excelente contribuição. Apenas peço para concluir. Realmente está muito substancial a sua contribuição.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Por último, para não estourar o tempo e para respeitar os colegas, Sr. Presidente — outros assuntos sairão, e a gente pode até completar em outro debate —, qual é a sua opinião sobre a mudança da maioria penal?

É isso, Sr. Presidente. Eu vou concluir para não extrapolar o tempo, porque tem mais Deputados aqui e eu respeito rigorosamente o Regimento. Sou um companheiro que não gosta de ultrapassar os outros. No decorrer dos debates, podemos voltar a alguma colocação.

Obrigado, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Deputado Jorginho Maluly, é cruel muitas vezes o nosso papel aqui, porque de fato V.Exa. estava levantando questões que são centrais para nos ajudar a trabalhar. Parabenizo-o pelas



colocações. É apenas aquela questão de ser o juiz, que o senhor volta e meia também exerce. A gente fica do lado de lá.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Eu respeito, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Isso é claro.

Eu passo a palavra para o último inscrito, o Deputado William Woo, que representa o Estado de São Paulo. V.Sa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Eu gostaria depois... Deputado Busato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Pois não. Vou inscrevê-lo também.

V.Exa. dispõe de 5 minutos, por favor, Deputado William Woo.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Dr. Júlio, primeiramente, desculpe-me por não estar presente na sua apresentação. Eu estava presidindo a Comissão de Segurança Pública, em frente, mas eu já tinha visto o seu trabalho.

Aproveitando até a forma como o Deputado Jorginho falou da falta de informação integrada, acabo de aprovar minha emenda à Medida Provisória nº 462. Vamos instituir agora a identidade nacional. Teremos uma RG única no País, um banco de dados de biometria único, não sendo mais possível identidades duplas ou falsas em todo o País.

Mas, na discussão que a gente viu — e claramente você deixou no seu trabalho, ao qual tive acesso —, um dos problemas que temos é que as metrópoles estão recebendo uma atenção maior dos governantes das capitais por causa de recursos; e acho que também a mídia, que normalmente cobre esses lugares, então é onde o político, preocupado até eleitoralmente, acaba ou direcionando ou então a informação sobre a criminalidade só chega para ele nos grandes centros.

Mas tem um erro também. Vários Prefeitos vêm me procurar falando que entrou com um projeto no PRONASCI. O PRONASCI a gente sabe que só é para aquelas grandes cidades que estão no entorno. Então, na verdade, o dinheiro tinha que ser do Fundo Nacional de Segurança Pública, que hoje não tem caixa. Os quase 5 bilhões estão no PRONASCI.

Mas o que eu queria ouvir do doutor? A opinião sobre a privatização de presídios — há um crescimento que a gente vê muito grande, e não estão dando



atenção — e sobre a solução do sistema penitenciário. Todos nós sabemos, indiferente ou não, que a situação do preso não é prioridade para ninguém. A situação do preso hoje no País é de uma tolerância de não se criar problema para nós. Enquanto não criar problema para a sociedade, vai-se tocando. Só que todos nós sabemos que eles são passageiros lá. E a grande maioria não sai pronto para viver em sociedade. Ou ele tem uma família boa, que vai mantê-lo, não vai conseguir emprego; ou sai mais marginal, pela convivência do meio em que está; ou então vai sair muito pior do que estava. Ou seja, a gente empurra o problema para daqui a cinco anos. Ele vai sair daqui a cinco anos, dez, quinze.

Uma das propostas que eu fiz na terceirização — todos nós torcemos que a gente ache uma fortuna embaixo do pré-sal — é que do Fundo Nacional de Segurança venha o dinheiro definitivo da União para se construírem todos os presídios de que o Brasil precisa, porque hoje, se depender de o governante brigar com seu prefeito, colocar um presídio e ainda tirar dinheiro da educação, da saúde ou até da própria segurança, porque sistema carcerário com eficácia é caro, é muito mais caro educar um preso do que uma criança...

Assim, eu gostaria de sua opinião, principalmente no caso da privatização dos presídios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Pergunto ao Sr. Júlio se podemos colocar mais um, por favor. *(Pausa.)*

Agradeço a contribuição, como sempre, muito eficiente e competente do Deputado William Woo.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Busato. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento os Deputados Raul Jungmann e Paulo Pimenta, e o Dr. Júlio pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo. Ao lado dos Deputados William Woo, Jorginho Maluly e de outros companheiros, fizemos parte da CPI do Sistema Carcerário e viajamos o Brasil inteiro. Pudemos, portanto, constatar a grande penúria em que se encontram os nossos presídios.

Chamou-me muito a atenção, na caminhada que fiz no Brasil inteiro, evidentemente, o presídio central de Porto Alegre, tachado como o pior do Brasil,



pela ala que visitamos. Mas chamou-me muito a atenção também o estado degradante dos presídios de Pernambuco e do Espírito Santo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - O Rio Grande do Sul foi o primeiro lugar, o que eu citei primeiro. Chamaram-me a atenção, também, Pernambuco e Espírito Santo.

Eu estava olhando as tabelas e percebi que há uma grande incidência de Municípios de Pernambuco e do Espírito Santo, destas cidades. Eu perguntaria, portanto, a que se deve isso, já que o senhor é de lá, bem como o Deputado Raul Jungmann. É por causa da baixa renda e da baixa escolaridade? É ela que contribui para essa grande incidência? Pergunto isso para sabermos como podemos ajudar.

O segundo caso, a que eu gostaria de me referir, diz respeito aos meios utilizados na criminalidade — é claro, constam Amapá e Roraima, mas me chamou a atenção o caso de Pernambuco e o do Rio de Janeiro. Chamou-me a atenção, é claro, a grande incidência de armas de fogo, e parece-me que a campanha de desarmamento não surtiu um efeito tão grande assim. O que o senhor acha que deveríamos fazer? Aquela campanha foi inócua? Devemos utilizar outros meios?

Muito obrigado. Parabéns, mais uma vez!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Com a palavra o Dr. JÚLIO Jacobo Waiselfisz.

**O SR. JÚLIO JACOB WASELFISZ** - Realmente fico muito agradecido pelas ponderações dos senhores a respeito do meu trabalho. Fico realmente orgulhoso. Vou ter de contratar um carro para sair comigo desta Comissão Parlamentar. Foram feitas muitas perguntas, e há pouco tempo para responder a elas. Portanto, não vou me prolongar além dos temas que me foram indagados. Não me considero apto a formular opiniões balizadas sobre determinados temas. Eu sou um pesquisador, não sou “opinólogo” profissional sobre tema que não domino.

Tudo o que eu disse se baseia em trabalho de pesquisa que tentei enumerar, no qual tenho evidência empírica sobre o que funciona de determinada forma ou como funciona. Assim, vou tentar responder às perguntas que realmente são da minha alçada.



Vou começar pelo final, ou seja, pelo tema campanha do desarmamento. Eu fiz um trabalho chamado “Mortes Matadas por Armas de Fogo no Brasil — 1979/2003”, para a campanha do desarmamento, e depois “Vidas Pougadas”, também para a campanha do desarmamento. Eu fiz, mais ou menos, um trabalho empírico do que significou o primeiro ano da campanha do desarmamento em 2004/2005, momento que já passou.

No primeiro ano, as estimativas mostraram que há uma linha de tendência. No Brasil, vinham aumentando, anualmente, as mortes por armas de fogo à taxa de 5,5% nos últimos 10 anos. Era uma linha quase reta. Eu poderia dizer, com o mínimo erro, quantos mortos por armas de fogo haveria em 2005/2006, porque era um incremento quase matemático, uma linha quase reta de incremento.

Não posso julgar uma campanha apenas pelo que se originou, digamos. No primeiro ano, de 2004 para 2005, baixou para 5,2% o índice de morte por arma de fogo. Não é muito, mas, caso se considere a tendência histórica de 5,5% ao ano, já há um resultado positivo de 10,7%. Não é 5%, como a mídia divulgou. Reverteu-se uma tendência que já havia. Caiu a tendência!

Magicamente, eu não tenho explicação, talvez os senhores possam explicar melhor do que eu, a campanha do desarmamento morreu, depois do fim do plebiscito. Ninguém falou mais sobre isso, ninguém fez mais campanha. O Ministério anunciou, no ano passado, que — eu deixei um livro meu no Ministério — iria retomar a campanha. Eu não vi retomada alguma, pelo menos não houve campanha. A campanha durou exatamente até o dia do plebiscito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - E, depois que parou, continuou o crescimento a 5%?

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Depois que parou, houve uma estagnação. E agora, pelas previsões que faço... Os últimos dados que temos são de 2007, não temos mais dados, mas sabemos que caiu em 2005, mas em 2006 já houve uma estagnação. Em 2007, segundo os dados que apresentei agora, começou a subir de novo.

Aconteceu o mesmo com as mortes no trânsito. Com a nova lei, o índice caiu drasticamente durante três anos, mas estagnou. Acabou a lei, acabou a medida, começou a subir tudo de novo. Aconteceu o mesmo em curto lapso de tempo,



porque a Lei de Trânsito continua existindo. A campanha do desarmamento não ocorreu mais. Foi muito rápida a retomada do crescimento dos índices.

A primeira questão, que coloquei no segundo livro, é que só campanha igual não basta. A campanha do desarmamento em Bogotá não foi só uma campanha de desarmamento. Deve haver outras medidas paralelas, cruzadas, que vão aprofundando as medidas de retirada de armas. A primeira coisa que fazem as Nações Unidas quando chegam a um local em conflito é desarmar a população: *“Vamos desarmar, que arma de fogo mata.”* Então, vamos tentar criar as medidas possíveis para ir aprofundando o campo do diálogo, etc. Só a campanha do desarmamento não soluciona, porque arma de fogo se pode retomar rapidamente.

Portanto, houve a campanha do desarmamento, e ela surtiu efeito, mas acabou. Foi curto o trâmite de aplicação da campanha.

Uma outra questão que quero ressaltar é a nossa virtual carência de informação. Quero traçar um paralelo que talvez sirva de parâmetro. O Ministério da Educação se deu a tarefa, por lei, do censo escolar. Em 2006, mudou a sistemática e cadastrou 56 milhões de alunos e 8 milhões de funcionários docentes. Está tudo concentrado no sistema de informação do MEC. Não podemos ter um sistema de informação de política criminal, não o temos! O Ministério, desde 1999, está tentando montar um sistema. Realmente deve ser motivo de preocupação da Comissão por que o Ministério da Justiça não está conseguindo, em 10 anos, montar um mínimo sistema de informações criminais! Não consegue isso! Entra-se no *site* do Ministério e verifica-se que, em todas as tentativas de acesso a esses dados, há uma mensagem dizendo não-sei-quê. Não há dados suficientes.

Esta Comissão deveria ter esses dados, porque o primeiro passo de uma política ou de qualquer tipo de política eficiente é saber o que está acontecendo na realidade e como a realidade evolui. Sem essa informação, qualquer política é boa, regular ou ruim; ou as três coisas ao mesmo tempo!

No que diz respeito a Itamaracá, a carceragens, etc., eu estava contando uma peripécia em uma audiência pública na Ilha de Itamaracá, para onde me chamaram a fim de que eu explicasse — foi nossa amiga Deputada que me convidou — por que eu havia colocado Itamaracá em primeiro lugar na violência. Aquilo estaria afetando comércio, indústria, população, tudo. Realmente, a coisa estava muito



pesada, porque havia muito público e muitos não gostavam nada do trabalho, etc. e fiz uma proposta para eles, porque ele dizia exatamente o que se está falando aqui, desculpa, que a incidência da carceragem dentro dos índices de homicídios de Itamaracá, que 90% dos homicídios de Itamaracá são produtos... Itamaracá é o único Município que tem 3 cárceres, não 1, não 2, são 3.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JÚLIO JACOBO WAISELFSZ** - Então, 3 está bem... Então, são 2 Municípios. A minha saída foi: *“Olhem, vamos fazer 1 coisa. Aqui estão o Secretário de Segurança Pública, está a Polícia Militar representada, a Polícia Civil. Eles podem fazer levantamento dos últimos 2 anos de quantas das mortes acontecidas em Itamaracá estão no perímetro da carceragem, ou são produtos da carceragem, e quantas são produtos da praia, da bebida alcoólica?”* Quer dizer, não têm nada a ver com a carceragem. Eu recebi um relatório e falei para o Prefeito. Eu havia assumido o compromisso de que, caso se comprovasse que realmente é produto da carceragem, eu me desdiria publicamente, convocava uma reunião de imprensa e me desdiria que, em Itamaracá, o cárcere de Itamaracá é responsável. E a Polícia comprovou que 82% dos homicídios acontecidos não têm nada a ver com a carceragem. Oitenta e dois por cento.

Segunda questão. Além de tudo isso, não temos muita informação do que está acontecendo. Eu fiz uma pesquisa em São Paulo sobre eficiência de várias medidas. Por exemplo, Lei Seca. O que aconteceu com a Lei a Seca nos municípios que aplicaram a Lei Seca? O que aconteceu com os índices de homicídios? Nos municípios que aparelharam as polícias comunitárias, o que aconteceu? Nenhuma medida isolada rende efeitos, muito efeito. Por exemplo, naqueles municípios que aplicaram só a Lei Seca praticamente não houve mudanças nos índices, e eu trabalhei com vários índices. Não houve mudanças. Aqueles municípios que aplicaram medidas cruzadas, quer dizer, Lei Seca, atividades preventivas, polícia comunitária atuante, polícia armada... Porque os municípios começaram a armar sua polícia, pediram à polícia estadual a implantação nos municípios do sistema de identificação criminal, do FOTOCRIM e o do INFOCRIM, da Secretaria de Estado. Esses municípios, realmente, como Diadema, Guarulhos, etc... Caso Diadema: em 2000, uma taxa de homicídio de 147 homicídios em 100 mil habitantes; em 2004 —



último ano em que fiz pesquisa —, 47 mil homicídios em 100 mil habitantes. Dedução: em 5 anos, praticamente a metade. A terceira parte. Guarulhos e...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - São muitos municípios. Então, não é um caso fortuito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Dr. Júlio, só um, dentro da sua continuação.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Houve casos em alguns municípios lá no interior cujo juiz de direito restringiu a circulação de menores após um determinado... Isso deu uma polêmica danada, mas reduziu. Como o senhor vê essa questão de que sem um adulto junto o menor de 18 anos não pode ficar na rua após a meia-noite?

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Eu pessoalmente não sei se essa medida está sendo muito questionada a sua legalidade constitucional. Quer dizer, o direito de ir e vir está sendo muito questionado e, inclusive, os juízes que deram essa medida. Eu, pessoalmente, penso que repressão não adianta muito. Pelo menos comprovado historicamente. Eu acredito mais nas alternativas de prevenção em si. Nós não temos também muitas pesquisas nessa área. Vou mencionar 2 pesquisas da Rand Corporation, nos Estados Unidos. Eles chegam através um monte de pesquisas que fizeram de medidas, etc. A conclusão a que a Rand Corporation chega é esta: para cada dólar investido em prevenção, poupa-se 7 dólares em repressão. Em cada 1 dólar... A relação é de 1 para 7.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Esse dado é muito importante. Essa pesquisa é de quem Dr. Júlio?

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Da Rand Corporation. Eu posso mandá-la, tenho ela em casa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Ela faz relação direta entre investimento e prevenção?

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Investimento e repressão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Cada dólar investido em prevenção resulta...





**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Poupa-se 7 dólares em repressão. A relação é de 1 para 7. Isso lembra o (*ininteligível*) ... Analisa num monte de projetos o impacto desses projetos. Então, eu quero dizer o seguinte: penso que, numa medida isolada... Todas essas medidas isoladas pelo menos correm o risco de (*ininteligível*) rapidamente. É um conjunto de...

Violência tem 2 características que devemos tomar como ponto de partida. A primeira característica é multicausal. Não é causa única, nem a única violência. V.Exas. mencionaram a violência sexual, violência familiar, violência na rua. O mecanismo de produção dessas violências é muito diversificado. Não há só uma causa que explica. Violência familiar, nas ruas, no trânsito. Tem mil violências diferentes. Além de se multicausal, a violência, diferentemente dos outros problemas sociais, afeta todo mundo por igual, rico, pobre, branco, preto, etc. Não é como os outros problemas sociais, como o salário, que afeta mais a uns do que outros.

Terceiro, a solução nem sempre tem muito a ver com a causa. Vocês fizeram uma pergunta sobre as favelas, etc. As pesquisas têm mostrado, e eu mostrei com dados, correlacionando países e índices de violências de países com índice de desenvolvimento humano, que não há pobreza em si que justifique a violência. Onde há pobreza... Deem uma olhada: no Brasil, não são nos municípios mais pobres ou mais violentos. Acre não é tão violento, Maranhão não é tão violento, Piauí não é tão violento. Isso seria nos municípios, em termos de renda, mais pobres. São nos municípios com maiores contrastes de renda, onde a pobreza existe dentro da riqueza. Riqueza e pobreza compartilham o mesmo espaço e são referência para a população jovem. É nisso que se dá o conflito.

Então, a violência... O que estava querendo colocar era o seguinte: as medidas que conseguiram superar o panorama da violência não têm muito a ver com as causas. Não foi eliminando os problemas sociais em Guarulhos que conseguiram diminuir. O que fizeram? Dar alternativas aos jovens, abriram as escolas no final de semana, o Programa Escola Aberta para a Família, do Governo do Estado de São Paulo, botaram a Lei Seca, fecharam... Deram que sábado e domingo termina. Botaram escola aberta para aquele menino de rua, etc. ter onde ir. Viram que droga e álcool afetam indubitavelmente... Estudos mostram que afetam o acidente trânsito, afetam violência, afetam brigas, etc. Em plena Lei Seca não se



pode vender bebida alcoólica a partir das 10 horas da noite, e fazem cumprir. Estive em Diadema e saíram 6 patrulhas da polícia, da Guarda Municipal, a fechar estabelecimentos que abriam depois das 10 horas da noite vendendo... E funcionou. Conseguiram reduzir.

Isto é, é o único fenômeno que não temos que esperar solucionar as causas para ver as consequências. Não tem muitos outros fenômenos sociais que... Bogotá. Bogotá trabalhou com um monte de questões: observatórios, reordenamento urbano, tirar os conflitos das ruas, etc. E conseguiu. Não eliminou o problema da droga, não eliminou o problema da pobreza, não tocou mais nisso. Então, um fenômeno social de medidas acertadas e consequentes trazem respostas.

Por último, o último problema é a pergunta sobre as drogas e a minoridade penal. Realmente, o que nós temos como evidência é que a droga influencia, sim, nos conflitos e na violência. Mas não é tão onipresente, nem tão poderosa quanto se quer fazer acreditar. O que justifica que a América tem os maiores de violência e não tem maior consumo de droga que outras partes do mundo? A Europa, que consome droga, tem um índice de 1, e nós temos um índice 50 vezes superior. Europa consome drogas? Nós consumimos droga? Nós consumimos 50 vezes mais droga e matamos 50 vezes mais. Não é a droga em si que está justificando o sinistro de violência. Existem outras questões que ainda temos de explicar...

Segundo, outra questão. Não temos tanta evidência, não se fez um estudo... Os únicos que fizeram estudos foi o Sarah Kubitschek, que conheço — não sei se vocês conhecem —, o Sarah Kubitschek que chegou, aqui em Brasília, chegou à comprovação de que 55% têm a ver com problemas familiares, problemas de amizade, etc., e só 30%... Eles chamam crime profissional. Qual é esse crime profissional? Aquele crime da droga, do roubo, etc., o crime de limpeza de arquivo, etc.

João Veiga, de Pernambuco — amigo nosso, amigo de Raul, amigo meu, trabalhamos juntos —, ele, como é um médico muito inquieto, começou a ver ferido de bala que entrava no Hospital da Restauração e quem havia sido. Perguntava a amigos, parentes, etc. E a comprovação é mais ou menos semelhante: a maioria, problemas de proximidade, um amigo, um parente que, por causa de uma bebida, olhou para a minha mulher. E o crime acontecia, 70% dos crimes, a 400 metros do



perímetro de moradia — isso levantou João Veiga —, perímetro de moradia do indivíduo. Que nem sequer é uma questão que vai além do crime profissional.

Há um interesse muito grande, e eu detecto isso, no aparelho de segurança de que os investimentos sejam feitos no aparelho de segurança. Obviamente que alguém da corporação da segurança preferiria que os investimentos fossem em segurança. Então, há uma tendência a associar todo problema de violência à problema de droga. Porque quem combate droga não é cidadão comum, não é cidadão da rua; quem combate droga é serviço de inteligência, polícia bem armada, etc. Então, praticamente, quando tem um pouco de diálogo com elementos de segurança, etc. — tenho alguns diálogos —, geralmente surge o tema da droga como imperativo categórico, e não é tão categórico quanto a gente pensa.

Segunda questão, que estava colocando antes, o uso de droga ainda tem que ser explicado. Para mim não explica. O que leva um jovem a usar droga maciçamente ainda tem que ser explicado. A mim não me explica por que o jovem morre. O jovem morre pela droga? Tudo bem, mas morre porque usou droga.

E teve uma questão aí no meio que me parece mais importante: criminalizar o ponto mais fraco do elo, criminalizar o drogadito que foi levado à droga, criminalizar o jovem que não pode sair da casa, criminalizar... baixar a maioridade penal. Sim, vamos baixar a maioridade. Se vamos baixar a maioridade penal para 16, vai surgir aos 15 anos; se vamos baixar para 14, vai surgir aos 12. Vai chegar o momento em que o indivíduo, ao nascer, vai ter que ter atestado de boa conduta para ser alguém, porque não tem limite. Não tem limite, assim, físico quando se pode ser criminoso e quando não. Se pode ser aos 14 ou 12. Enfim, se você baixa a maioridade penal aos 10, vai começar (*ininteligível*) e torpedo de 8 ou 9 anos de idade. Não é o uso que vai... Não é a repressão que vai justificar.

Nos Estados Unidos se comparou que pena não tem nada a ver com criminalidade nem (*ininteligível*) de criminalidade. Penas de morte... Nos Estados que têm pena de morte, não baixou criminalidade para nada. E tem estudo feito sobre isso. Não é a (*ininteligível*) que dá... É realmente outro mecanismo que temos que descobrir, não há muito a trabalhá-lo. Só isso.



**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Só uma última questão, Dr. Júlio. Eu lhe perguntei se o senhor tem alguma análise preliminar da relação no Brasil entre aumento de investimento e redução de índice de criminalidade.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Sim, existe realmente... Assim, não é aumento de investimento, é profissionalização, integração do corpo policial que muitas vezes o investimento propicia. E, naqueles Estados com investimento maciço do Fundo de Segurança...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Vamos fazer uma pergunta mais direta.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Está bem.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - São Paulo. O senhor apontou uma redução nos índices.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Houve um aumento dos investimentos drástico.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Isso que eu queria dizer. Houve um aumento proporcional dos municípios também...

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Também, também, dos Prefeitos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Os municípios passaram...

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Sim. Onde se registra a diminuição em uma região metropolitana... Não é um panorama homogêneo no Estado. Quem realmente está puxando...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - A redução dos índices...

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - ... dos índices é a região metropolitana e capital.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - E ali houve um aumento do...

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Ali houve um aumento drástico do investimento municipal, aumento drástico do investimento federal e investimento do Governo Estadual. Por exemplo, se eliminaram as carceragens nas delegacias de polícia, o que significou um investimento brutal, um investimento grande, se profissionalizou a polícia, se implantou INFOCRIM, FOTOCRIM. Por exemplo, delegado de polícia tem que ter nível superior, um ano de capacitação para... Foi todo um trabalho consequente que foi feito, não surgiu da manhã, não é um fator



que explica. A única diferença de São Paulo com as outras experiências que eu tive, que eu conheci, que nas outras experiências, tipo Cali, tipo Bogotá, tipo Nova Iorque, etc., um projeto, São Paulo é o único que conseguiu, sim, um projeto central. Houve várias confluências, várias... Assim, você falava, eu falei com o Saulo, que era o secretário e dizia: *“Ah, porque a polícia... Não, e o Instituto São Paulo contra a Violência é fichinha”*. E você falar com o Instituto São Paulo contra a Violência: *“Ah, porque nós não elegemos o Prefeito...”* Enfim, cada setor... E bom que se sintam orgulhosos do trabalho que fizeram.

Primeiro, num plano central confluíram uma pressão social muito grande, uma pressão social muito... que, diferentemente dos Estados, por exemplo, Pernambuco. Pernambuco tem um fórum, tem vários Fóruns de Segurança Pública. São nomeados do Governador para baixo. O Governador decide quem vai integrar o Fórum de Segurança. Em São Paulo, o Fórum de Segurança Pública foi a sociedade que estabeleceu quem vai participar, quem vai fazer, etc. O Governo do Estado não teve muito a ver. E uma demanda que surgiu de baixo para cima, coisa que não vi muito em outros Estados também não. O grupo Sou da Paz, o Instituto Sou da Paz surgiu dos estudantes de Direito que mobilizaram a sociedade, etc. Não foram indicados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Eu queria colocar duas perguntas, Jacobo. A primeira é o seguinte: nós estamos numa fase diagnóstica. Nós estamos querendo encontrar o caminho, o mapa do caminho. Não é isso, Simão?

Então, só duas perguntas. A primeira é o seguinte: se o senhor fosse estabelecer um *ranking* de fatores, de causas que confluem, que contribuem para a violência urbana, como nós temos hoje no Brasil, que fatores seriam esses? Que elementos seriam esses? O que o senhor julga de maior importância, eu diria assim, que traz uma maior contribuição para esse quadro de violência que o senhor aqui aflorou?

Em segundo lugar, o que o senhor acha que deveria ser o foco desta CPI? Porque nós aqui discutimos com os companheiros, tem pessoas aqui que conhecem muito disso, o Biscaia, o Simão, o Chiquinho, o Jorge. Enfim, essas pessoas aqui entendem desse assunto e estão dispostas e querem colaborar. Mas a violência



urbana, eu comentava ainda há pouco aqui com o Relator, com o Paulo Pimenta, por exemplo, inclui, e o senhor citou isso, a questão da violência do trânsito. É violência urbana, não tem como fugir. Então, qual o senhor entende que deveria ser o foco? Qual o foco que deveríamos buscar no sentido de maximizar a contribuição desta Comissão?

Então, seriam essas duas questões. Os principais fatores intervenientes, contribuintes para a questão da violência urbana e, segundo, se o senhor fizesse parte desta CPI, o que muito nos honraria, qual seria a sua...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Aliás, o Paulinho está reclamando necessidade de assessoria. Acho que vamos fazer um processo, entendeu, de sequestro para o Júlio nos ajudar.

Mas esse segundo ponto é a questão que foco o senhor daria no sentido de maximizar a contribuição desta CPI?

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Dr. Júlio, antes de o senhor responder, só um adendo ao que o Presidente colocou. Eu entendo, às vezes eu tenho falado muito sobre isso, que nós estamos vivendo um momento de intolerância. As pessoas hoje são muito impacientes em qualquer segmento.

O exemplo que eu dou mais clássico é você ficar num farol parado 3 segundos, 4 segundos, quando o farol abrir, se o de trás não vai meter a mão na buzina. Como é que o senhor vê essa postura da sociedade como um todo hoje, agressiva, que é uma coisa que, de uma bobagem, se transforma aí numa, num ato... O cara vai até em casa buscar um revólver para pegar o cara que deu uma fechada nele. Essa questão eu acho que é cultural, nós estamos vivendo num mundo globalizado, essa competição, essa pressão. Já há estudos de que a tensão do trânsito transforma a pessoa numa pessoa violenta em ficar parada uma hora, duas horas ali naquele vai primeira, segunda.

Só para o senhor comentar um pouquinho essa questão psicológica interna do ser humano, que eu entendo que estamos vivendo um processo de intolerância extrema da população rica, pobre, qualquer que seja ela, que não sabe esperar mais. É isso.



**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Eu vou tentar responder de minha perspectiva, que não coincide com a perspectiva da segurança pública e nunca coincidiu. Não sei se é bom ou ruim que não coincida. Eu faço a seguinte composição de lugar: temos neste momento aproximadamente 35 milhões de jovens de 15 a 24 anos, chegam a quase 50, quarenta e poucos, se prolongamos até 29 anos de idade, como fazem a Secretaria da Juventude e o Plano de Juventude. Vou me referir àqueles de 15 a 24, meu ponto (*ininteligível*).

Desses 35 milhões de jovens, temos aproximadamente 20%, nada mais, nada menos do que 7 milhões de jovens que não estudam, nem trabalham, que são as 2 perspectivas que nós pensamos que são eficientes para um jovem. Eu penso que trabalhar não é eficiente, porque um jovem... Define juventude como ele está para a vida, um indivíduo preparado como ser social. Temos gravidez precoce hoje. Antigamente, se a mulher tinha filho com 15 anos, estava bem. Atualmente, chamamos de gravidez precoce. E, sim, temos trabalho precoce. Se um jovem tem de ser preparado, não se prepara trabalhando. Se tem de ser preparado para o trabalho, se prepara estudando. Não se inventou até hoje melhor mecanismo de inclusão social do que a escola. Não conheço nenhum outro.

Temos 20% dos 35 milhões de jovens, 7 milhões de jovens, que não estudam, nem trabalham. Quem são esses jovens? Isso foi estudado num trabalho que se chama Relatório de Desenvolvimento Juvenil. São 3 trabalhos já. Permanecem constantes ao longo do tempo os 7 milhões de jovens que não estudam, nem trabalham.

Se você faz um levantamento da carceragem, você vai ver que quase 50% da população carcerária são jovens, que são os principais autores da violência. Nos Estados violentos, mais de 50% dos homicídios acontecem contra jovens. Ou seja, jovem é o personagem que mata e morre. São ao mesmo tempo vítimas e algozes. Ao mesmo tempo.

Quem são esses jovens? Em qualquer levantamento que temos, os jovens que estão presos e os jovens que morreram são os de baixo nível de escolarização, preferencialmente pretos, pardos, etc. (*Ininteligível*.) ...domicílios aumentam drasticamente nesses conglomerados. São jovens que não estudam, nem trabalham. Para mim, deveriam ser o foco de uma política pública.



**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Dr. Júlio, V.Sa. me permite? Em outra oportunidade em que vi o senhor apresentar esse relatório, não sei se estou enganado, o senhor chegou ao detalhe de identificar o dia e o horário do crime.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - O dia da semana. Está certo.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Viu, Jorginho. Em outra oportunidade em que vi o Dr. Júlio apresentar esse estudo, ele detalhou, além de jovem, cor, dia da semana e horário. Então, ele fez um mapa que chegava assim: o crime ocorre fundamentalmente dos 15 aos 24 anos, sexta-feira, às 10h da noite. Com horário. E permitia que na cidade, por exemplo, tu pudesses traçar uma política específica para aquela região, para aquele horário. Desculpe-me, é só porque achei muito interessante aquela vez em que o senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Só um instantinho, para dar uma informação. Apesar de estarmos entrando numa fase que considero extremamente frutífera, nós temos votação. Então, precisamos encerrar, com mil desculpas. Não estou inibindo de falar, apenas dizendo que temos de fechar, para poder ir votar.

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO** - Sr. Presidente, nós não poderíamos votar e voltar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Se for desejo...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Sr. Presidente, como a Ordem do Dia começou, não tem validade a votação. Pode votar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Não. À esta altura, não tem mais requerimento.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Não. O Deputado (*ininteligível*) quer votar. Eu estou explicando que não pode.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Não, não, não. À essa altura, com a Ordem do Dia, não adianta votar, porque seria contestado. Então, está adiado para uma próxima reunião.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Só um pedido a V.Exa..

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Pois não.





**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - O Dr. Júlio comentou, e o nobre Relator disse que já está anotado, vários relatórios. Que nós possamos ser depois comunicados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Eu apenas indago, ante a sugestão do Deputado Francisco Tenório, se os senhores querem ir votar e retornar para concluir a discussão ou querem concluí-la agora. (*Pausa.*)

O Paulo alega que pode esvaziar.

Vamos concluir?

Jacobo, por favor, para as suas considerações finais, definitivas e sintéticas.

**O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ** - Eu vou deixar uma série de trabalhos com a Comissão. Eu trouxe aqui precisamente para deixar para a Comissão. Não são todos aqueles, mas são Luciano, colega do (*ininteligível*). Trouxe também trabalho para os integrantes da Comissão, etc.

Eu queria fechar com o seguinte: temos que ter uma estrutura de prevenção do que está acontecendo. Não estou dizendo que não faz falta reprimir. Faz falta. Mas a repressão nunca vai às causas, vai às consequências. E se não vamos à causa, vamos ter de criar cada vez mais mecanismos mais eficientes de repressão, e um final infeliz vamos ter. Quer dizer, trabalhar não na proteção, mas na prevenção da criminalidade, da violência, principalmente juvenil, realmente penso que por aí é o caminho. Só isso.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - A escola é o lugar que deveria ser preservado, porque é lá que temos de tirar a criança da...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Dr. Júlio, eu acredito expressar a opinião unânime desta Comissão, minha, do Relator, de todos os demais: a sua contribuição hoje foi, sem sombra de dúvida, muitíssimo importante para os trabalhos desta Comissão. Quero lhe agradecer imensamente e deixar aqui a possibilidade de convidá-lo, senão para outra audiência pública, pelo menos para conversar e discutir esse tema.

Não havendo nada mais a tratar, convoco reunião de audiência pública a realizar-se no próximo dia 29, terça-feira, em plenário a ser informado oportunamente, com a presença dos Srs. Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário



Executivo do PRONASCI, e Dr. Ricardo Brisolla Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública.

Declaro encerrada esta reunião.